

Senado quer fazer reforma mas apadrinhado não deixa

BRASÍLIA — Faltando cinco meses para encerrar o seu mandato, a mesa do Senado Federal está se movimentando para uma missão tida como impossível: fazer uma reforma administrativa que reduza em 85% as gratificações que hoje consomem quase Cz\$ 150 milhões da folha mensal de pagamento da Casa, sem contar a Gráfica e o Prodasen ((Serviço de Processamento de Dados). Se o projeto for adotado, o Senado economizará Cz\$ 122,5 milhões mensais. A mesma missão ambiciona obrigar os funcionários a baterem ponto e a trabalharem oito horas por dia.

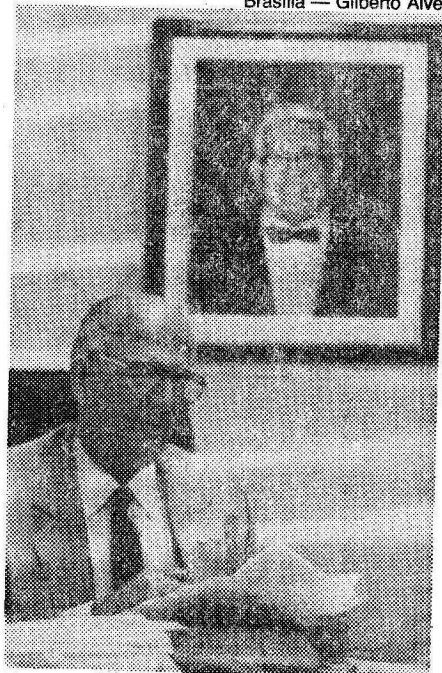
Mas o próprio senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), que, como primeiro secretário da mesa do Senado, comanda essa reforma, não tem muitas esperanças de êxito. "Todo mundo, quando consultado individualmente, é a favor; quando consultado coletivamente, é a favor; mas na hora da decisão sair, não sai. Há algum parafuso deslocado nisso", lastima-se. Na verdade, enquanto dizem *sim* às propostas do primeiro secretário, a maioria dos senadores telefona para o presidente da Casa, senador Humberto Lucena (PMDB-PB) para bombardear as inovações.

Apadrinhamento — A primeira delas é o projeto de resolução que institui o ponto. Mal Jutahy apresentou o projeto, o senador Lourival Batista (PFL-SE), segundo vice-presidente da Casa, apresentou uma proposta para bombardeá-lo. Sua emenda visa a isentar os funcionários de gabinete (são 14 por cada senador) do aborrecimento de bater o ponto.

Apesar de ter apoiado a proposta inicial de Jutahy Magalhães, a maioria da mesa do Senado aprovou também a idéia de Lourival Batista e agora o projeto de instituir o ponto se encontra na zona cinzenta onde o primeiro secretário da Mesa diz que existe um parafuso deslocado. A segunda proposta, sujeita a uma decisão definitiva da mesa, é a que tenta reduzir de 280 para 140 os órgãos administrativos da Casa. Nos últimos 20 anos, por força do milagre da multiplicação de cada diretoria em subdiretorias, subsecretarias, seções e subseções, as 140 unidades administrativas do Senado dobraram e os serviços só pioraram.

Toda vez que alguém fala no Senado em alterar o organograma da Casa atinge involuntariamente algum protegido de parlamentar que está exercendo um cargo daquele organismo. Aí chovem telefonemas de padrinhos protegendo o posto do afilhado e a única alternativa é adiar a modificação pretendida.

Brasília — Gilberto Alves



Jutahy: "Parafuso deslocado"

Gratificações — A proposta de acabar com as funções gratificadas e reduzir a folha de pagamento visa também a induzir o funcionário do Senado a trabalhar. Por conta dessas funções, todo servidor da Casa luta com unhas e dentes para ser lotado num gabinete e ganhar mensalmente uma gratificação, que varia entre 20% e 30% dos seus vencimentos. A grande vantagem dessas funções gratificadas está no fato de que elas repercutem em toda a remuneração do servidor, até mesmo no quinquênio, que é um aumento salarial que ele tem a cada cinco anos de serviço.

Como existe a possibilidade de ir para um gabinete ganhar uma função gratificada, nenhum funcionário do Legislativo se interessa em trabalhar em outra seção. De 50 datilógrafos concursados há três anos na Casa, só 15 trabalham em datilografia. Os outros conseguiram ser lotados em gabinetes e, todo dia, Jutahy Magalhães recebe telefonemas de parlamentares perguntando se podem conceder mais funções gratificadas a seus protegidos. A proposta de reforma administrativa pretende manter apenas as funções gratificadas de chefes e secretários, reduzindo a 15% os benefícios desse dinheiro extra.